



INSS estuda viabilidade de implantar APS acessível no bairro da Lapa (SP)

Foto: Nicolas Gomes



Deputada Mara Gabrilli reivindica instalação de agência acessível em São Paulo

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) enviará representantes de sua área de engenharia para estudar a viabilidade da implantação de uma Agência da Previdência Social acessível no bairro da Lapa, na região oeste da capital paulista. O pedido para a construção da nova unidade foi feito pela deputada federal Mara Gabrilli ao ministro Garibaldi Alves Filho. A parlamentar explica que a sugestão da localização se deve ao fato de aquele bairro contar com um grande número de idosos.

Mara Gabrilli, que é tetraplégica, justifica ainda que a opção pela Lapa foi pela característica daquela subprefeitura, que engloba vários distritos, como Barra Funda, Jaguará, Jaguaré, a própria Lapa, Pacaembu, Perdizes, Pompeia, Sumaré e Vila Leopoldina. “Foi apenas uma ideia, mas, se não for a Lapa, tenho certeza que muitos outros bairros, como, por exemplo, a Vila Mariana, se apresentariam como voluntários e ficariam felizes em receber essa APS”, afirmou a deputada federal.

Segundo o presidente do INSS, Mauro Lucia-

no Hauschild, o Instituto já vem trabalhando na adequação de suas unidades às normas de acessibilidade. Ele explica que os projetos executivos de todas as obras de reforma estão sendo adequados para garantir a acessibilidade a todos os segurados e cidadãos brasileiros que vão às agências da Previdência. Mauro destaca outras iniciativas que vêm sendo tomadas pelo INSS para facilitar a vida dos portadores de deficiência.

“Incluimos na pré-proposta orçamentária de 2013 a garantia de um determinado valor para que possamos fazer transferências voluntárias de recursos a entidades que desenvolvam ações de reabilitação profissional”, informa Mauro Hauschild. O presidente do INSS acrescenta que o Tribunal de Contas da União (TCU) concordou com o entendimento de que a compra de órteses e próteses deve ser classificada como um serviço, e não mais como aquisição de material. A decisão permitirá que o INSS contrate órteses e próteses e a respectiva manutenção em um único processo licitatório.

Ministérios trabalham na elaboração de um plano de reabilitação profissional

Representantes dos ministérios da Previdência Social, Trabalho e Emprego, Saúde, e Planejamento, Orçamento e Gestão, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), Fundacentro e Fiocruz vão se reunir a partir de setembro para elaborar um plano de revitalização da reabilitação profissional. O grupo tem seis meses, contados a partir de sua instalação, para apresentar uma proposta. Esse prazo poderá ser prorrogado por igual período. Atualmente a reabilitação é feita de forma descentralizada e baseada em estruturas remanescentes da perícia médica.

“O que sobra do potencial instalado para o atendimento das perícias médicas normais do INSS acaba servindo à reabilitação. Nossa expectativa é que, ao final desse trabalho, possamos dispor de um serviço próprio de reabilitação profissional que funcione independente da perícia médica e que não conte apenas com uma força de trabalho reduzida e sofra limitações de pessoal”, comenta Elielson Alexandre dos Santos, representante do MPS no grupo interministerial.

Segundo o diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência, Cid Pimentel, o objetivo do governo ao propor alterações no processo de reabilitação profissional não é o de economizar nos gastos com aposentadorias por invalidez. Mais do que isso, explicou, a intenção é otimizar esses recursos investindo-os na readaptação de trabalhadores que se aposentaram desnecessariamente, capacitando-os para outras atividades e, dessa forma, melhorando sua autoestima, qualidade de vida e dando-lhes mais dignidade.

Há pouco mais de um mês o Ministério da Previdência vem trabalhando internamente na avaliação do estado atual da reabilitação para que possam ser identificados os principais pontos que precisam ser alterados em curto prazo e definidas diretrizes que possam nortear um projeto mais amplo de reformulação da reabilitação profissional. A princípio, os estudos atestaram a necessidade de, antes mesmo da reabilitação profissional, ser investido na reabilitação física do segurado.

O que é reabilitação profissional

A reabilitação profissional é um serviço da Previdência Social, prestado pelo INSS, de caráter obrigatório, com o objetivo de proporcionar os meios de reeducação ou readaptação profissional para o retorno ao mercado de trabalho dos segurados incapacitados por doença ou acidente.

O segurado encaminhado ao Programa de Reabilitação Profissional, após avaliação médico-pericial, está obrigado, independentemente da idade e sob pena de suspensão do benefício, a submeter-se ao programa prescrito e custeado pela Previdência Social.

O atendimento da reabilitação profissional é um direito dos trabalhadores que mantém a qualidade de segurados da Previdência Social. Têm prioridade no atendimento os segu-

rados que recebem auxílio-doença previdenciário e os sem carência para auxílio-doença previdenciário, considerados incapazes para o trabalho.

Também devem receber atendimento prioritário, aposentados por invalidez, dependentes (de acordo com as disponibilidades administrativas, técnicas, financeiras e as condições da unidade de atendimento da Previdência Social) e pessoas com deficiência que não possuam vínculo com a Previdência, mas sejam encaminhadas por intermédio de convênios ou acordos de cooperação técnica.

Concluído o processo de reabilitação profissional, o INSS emite certificado indicando a atividade para a qual o trabalhador foi capacitado profissionalmente.